

Resumo de notícias econômicas

13 de Agosto de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 153

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 13 DE AGOSTO DE 2021

Consumo de energia supera patamar pré-pandemia e pressiona setor elétrico

O Estado de S. Paulo

Enquanto o nível dos reservatórios não para de cair, o consumo de energia elétrica vai na direção contrária e já supera o patamar pré-pandemia. Em junho, o consumo total do Brasil cresceu 12,5% em relação a igual período de 2020, sendo puxado sobretudo pelo setor industrial, com expansão de 19,4%, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). No ano, o uso da eletricidade em todo o País subiu 7,7% e deve continuar em alta nos próximos meses, apesar do crescente risco de desabastecimento.

Os setores comercial e residencial também tiveram reação, com altas de 19% e 4,9%, respectivamente. O consumo de energia no ano é superior ao verificado em 2019, antes da pandemia. Se por um lado esse aumento indica melhora na atividade econômica, por outro pode pressionar ainda mais o sistema elétrico. Até quarta-feira, o nível dos reservatórios do sistema Sudeste/Centro-Oeste, responsável por 70% da capacidade de armazenamento do País, estava em 24,64%, ante 28,92% de junho. Algumas hidrelétricas, como as da bacia do Rio Paranaíba, tinham volume de água abaixo de 15%.

“Diante de uma demanda em alta e oferta (água) em baixa, o risco é de não termos energia para todos em alguns horários do dia”, diz o professor da UFRJ Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel). Ele destaca que alguns setores, como os eletrointensivos em energia (que gastam muita eletricidade), estão tendo uma retomada mais forte porque precisam recompor o estoque reduzido durante a crise sanitária.

O governo, que nega o risco de racionamento, pretende iniciar em 1.º de setembro programas desenhados para incentivar indústrias e consumidores residenciais

a economizarem energia. Desde junho, o Ministério de Minas e Energia (MME) vem desenhando medidas voltadas para grandes consumidores que, voluntariamente, se disponham a reduzir ou evitar o consumo de energia em determinados horários. Mas, com o agravamento da crise, a pasta também planeja compensar consumidores residenciais que economizarem energia, o que provavelmente será feito por meio de descontos nas contas de luz. “Até o final deste mês, vamos apresentar um programa de resposta da demanda. O que isso significa? Que os grandes consumidores de energia e os residenciais também serão beneficiados, caso eles utilizem a sua energia em horários pré-determinados e isso será muito bom para o sistema como um todo e para redução também do custo da energia”, afirmou o ministro Bento Albuquerque.

O presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, diz que, depois de definidos os parâmetros do programa, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) precisam fazer ajustes para iniciar o processo. Também é necessário tempo para as empresas se adaptarem e dizerem se vão ou não aderir ao programa.

“A ideia é que as empresas façam ofertas da quantidade de energia que podem economizar e quanto querem receber”, diz Pedrosa. O valor da energia que exceder o PLD (preço do mercado à vista) deverá ser incluído como encargo na conta de luz. “Essa é uma alternativa para aquelas empresas que podem deslocar a produção para alguns horários da madrugada, por exemplo.” Mas nem todos os setores têm condições de aderir ao programa. O setor químico, cujo consumo aumentou 25% em junho, trabalha em processo contínuo (24 horas por dia). Qualquer parada precisa ser planejada com antecedência, diz a diretora de economia da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Giovanna Coviello. Segundo ela, o terceiro trimestre é o melhor para o setor, que cresceu 9,7% no primeiro semestre.

O presidente da indústria de produtos de limpeza Start Química, Fábio Pergher, confirma as restrições. Segundo ele, não é possível reduzir um único quilowatt de energia. “Estou precisando de mais energia para produzir. Se diminuir, comprometo todo o investimento já feito e tudo vira um caos.” Na empresa, só há parada para manutenção aos domingos.

No setor têxtil, indústria que teve maior alta do consumo de energia em junho (de 60%), nem todos os segmentos conseguem aderir ao programa. “Para a indústria têxtil, a redução não é factível, pois o trabalho é 24 horas. Já na confecção há maior flexibilidade”, diz o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel.

Maior especialização de fundos de investimentos brasileiros

Broadcast

O mercado de fundos brasileiro começa a se especializar, atrás de retornos em nichos mais lucrativos. A Sulamérica, por exemplo, criou um fundo voltado ao setor de saúde e biotecnologia. Para ajudar na seleção de empresas que receberão aporte no Brasil e EUA, criou um conselho consultivo. Fazem parte do conselho Denise Santos, presidente da Beneficência Portuguesa, e Sidney Klajner, que comanda o Albert Einstein. Também participam dois executivos da casa, o novo presidente da Sulamérica, Ricardo Bottas, e o EX-CEO, Gabriel Portella, que está agora no conselho de administração.

O fundo investe 80% do patrimônio nos setores de saúde e fármaco no Brasil e 20% em ETF (fundos de índice) de biotecnologia nos EUA. “Faz um combo de saúde no Brasil e biotech nos Estados Unidos, com a curadoria desse conselho consultivo”, afirma Marcelo Mello, vice-presidente de investimentos, vida e previdência da Sulamérica.

A ideia do fundo surgiu quando os gestores analisaram papéis dos setores de saúde e biotecnologia nos países e viram que o desempenho das empresas no longo prazo ‘deu um banho’ nos índices tradicionais de ações. A carteira começou com R\$ 30 milhões em patrimônio, da própria seguradora. » Berço da tecnologia. A Mindset Ventures, gestora de venture capital que investe em startups nos EUA e em Israel, atingiu a marca de R\$ 100 milhões aportados no país do Oriente Médio. O valor responde por quase 60% de seus investimentos totais. Nos últimos cinco anos, 26 startups israelenses receberam aportes pequenos - entre US\$ 1 milhão e US\$ 2 milhões - em sua fase inicial.

A gestora prioriza empresas iniciantes que desenvolvem soluções B2B nas áreas de agronegócio, saúde, finanças, cybersecurity e softwares como serviço (Saas). O

fundo, que recebe aportes e paga cotistas no exterior, já captou US\$ 75 milhões, sendo a maioria recursos de investidores brasileiros.

A Mindset já vendeu sua participação em três empresas que havia investido, e mais dois movimentos semelhantes devem acontecer nas próximas semanas. Com a alta liquidez global, os ciclos de aportes estão menores porque as startups estão sendo assediadas mais cedo por compradores maiores, segundo o sócio Daniel Ibri.

O novo Refis e o velho populismo fiscal

O Estado de S. Paulo

O Senado aprovou um novo Refis, o programa de parcelamento de débitos tributários. Diferentemente de outras edições do Refis, o choque da pandemia sobre as finanças das pessoas jurídicas e físicas justificava um alívio excepcional aos devedores do Fisco. Mas, como de hábito, a proposta foi desvirtuada, comportando vantagens indevidas aos sonegadores contumazes.

Em tese, programas como o Refis deveriam aliviar os contribuintes temporariamente prejudicados por fatores fora de seu controle, como crises econômicas. Na prática, as concessões excessivas e as reedições frequentes criaram a cultura fiscal perniciosa dos chamados “viciados em Refis”. Segundo a Receita, mais da metade dos contribuintes que aderem aos programas de parcelamento para conseguir a certidão negativa de débitos logo deixa de recolher as parcelas, na expectativa, invariavelmente satisfeita, de um novo programa de renegociação. Além da perda de centenas de bilhões para o Tesouro, isso gera desvantagens competitivas para o contribuinte que paga seus tributos em dia.

Para sanar esses vícios, a Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (PGFN) propôs uma nova modalidade de renegociação, a “transação excepcional”, que condiciona proporcionalmente os benefícios às quedas de faturamento de cada devedor. Os programas anteriores não avaliavam a capacidade financeira dos beneficiados. A PGFN estima que 90% tinham capacidade para pagar integralmente seus débitos.

Conforme acordado com a equipe econômica, o texto do relator Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo no Senado, prevê seis faixas de queda de faturamento. É um avanço. Mas empresas que não tiveram queda no faturamento, ou

mesmo que tiveram aumento, também poderão aderir, com direito a descontos nas multas e parcelamento amplo.

Bezerra argumenta que isso gerará um aumento na arrecadação imediata. De fato, esse costuma ser o efeito do Refis, já que, para aderir, o contribuinte é obrigado a pagar à vista a parcela inicial. Mas, como boa parte logo suspende o recolhimento à espera do próximo Refis, a injeção de recursos no presente invariavelmente se traduz em perdas maiores no futuro.

Um alívio aos devedores impactados pela pandemia era necessário como nunca. Mas as distorções do novo Refis estimulam a inadimplência como sempre. Se a Câmara não as sanar, caberá ao governo fazê-lo com seu poder de veto.

Programas de emprego passam na Câmara

O Estado de S. Paulo

A Câmara aproveitou a medida provisória que permitiu às empresas reduzirem jornada e salário ou suspenderem os contratos de trabalho durante a pandemia para incluir um pacote de estímulo ao emprego de jovens e trabalhadores informais com regras diferenciadas de contratação e um bônus em dinheiro para a qualificação.

O texto-base da MP com mais três programas foi aprovado pelos deputados. Eles ainda precisam analisar sugestões de mudanças, os chamados destaques, mas a data ainda não está marcada. Depois, a proposta segue para o Senado.

O relator da MP, Christino Áureo (PP-RJ), protocolou o novo parecer com mais de 100 páginas na noite de segunda-feira, sem dar chance para um debate entre os deputados. O texto foi criticado por parlamentares da oposição por promover mudanças permanentes nas leis trabalhistas (CLT), cuja vigência se dará além do período da pandemia.

O pacote tira do papel a proposta do novo ministro de Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, de criar um serviço de prestação voluntária destinado a reduzir os impactos causados pela emergência de saúde pública do coronavírus, como antecipou o Estadão. O novo ministro passou os últimos dias costurando os detalhes do programa. As atividades de interesse desse novo serviço serão definidas pelos municípios. Não haverá vínculo empregatício ou profissional.

Poderão ser atendidas pelo programa pessoas com idade entre 18 e 29 anos e idade superior a 50 anos. O programa terá duração de 18 meses, e o valor pela prestação do serviço não poderá ser inferior ao salário mínimo. Sem destinar fonte de financiamento, a proposta prevê que o governo poderá bancar em até R\$ 125 o valor da remuneração, que no texto é chamada de um nome bem complexo: “contraprestação pecuniária mensal”.

Além do serviço de prestação voluntária, a MP cria outros dois programas, com custo de R\$ 41,1 bilhões entre 2022 e 2026, que na versão original seriam bancados em boa parte com 30% dos recursos do Sistema S. Depois da articulação das confederações patronais, o relator retirou o corte nos recursos dessas entidades. O relator, porém, deixou uma brecha para que um dos bônus dos dois programas, o chamado BIP (Benefício de Inclusão Produtiva (PIB), no valor de R\$ 275, seja pago pelo empresa empregadora, mas ela poderá compensar o gasto depois com a contribuição que paga ao Sistema S, um custo da folha de salários.

Um dos programas é o Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), voltado a jovens de 18 a 29 anos, no primeiro trabalho com carteira assinada, e para pessoas com mais de 55 anos que estejam desempregadas há mais de 12 meses. Pela proposta, os contratos terão duração de até dois anos e os trabalhadores poderão receber até dois salários mínimos (R\$ 2,2 mil). Para incentivar as empresas a contratar pelo programa, foi reduzida a alíquota de recolhimento do FGTS. Atualmente, a alíquota de recolhimento do FGTS é única para todas as empresas e é de 8% sobre o salário. Com a mudança passa para 2% para microempresas, 4% para empresas de pequeno porte e 6% para as demais. Se o texto for aprovado, além da remuneração paga pela empresa, o governo vai pagar diretamente ao trabalhador um bônus de até R\$ 275 (o valor vai variar de acordo com a carga horária). O Ministério da Economia estima um custo de R\$ 23,9 bilhões para o Priore em cinco anos.

O outro programa é o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), voltado para garantir a qualificação profissional e a inclusão produtiva do jovem de baixa renda no mercado de trabalho. Como não há vínculo formal de trabalho, o programa prevê o pagamento de uma bolsa (metade bancada pela empresa, metade pelo governo), que vai ser de até R\$ 550.

Ainda foi aprovada a criação da jornada complementar facultativa, apenas para atividades e profissões com carga horária diferenciadas por lei, como professores, advogados e jornalistas. Essa mudança só poderá ser aplicada se estiver aprovada em acordo coletivo. A medida permite que o expediente do trabalhador seja estendido até o limite máximo previsto na CLT, que é de oito horas diárias. Esse tempo adicional de trabalho não será contabilizado como hora extra – será pago com acréscimo de 20%. Depois da jornada estendida, a empresa deve pagar horas extras seguindo as regras já em vigor: no máximo, duas horas extras por dia de trabalho e adicional de 50%.

PEC dos precatórios libera endividamento

Folha de São Paulo

A PEC que parcela dívidas judiciais da União incluiu um dispositivo para mexer na regra de ouro, que impede o endividamento do governo para bancar despesas como salários e benefícios sociais. O governo não precisará mais de uma autorização específica para descumpri-la, uma vez que esse aval poderá vir embutido no próprio Orçamento.

Técnicos que acompanham as contas afirmam que a mudança, na prática, representa a morte da regra fiscal. Um integrante da equipe econômica discorda e afirma que o texto busca mudar o momento da obtenção do aval.

Hoje, o governo precisa mandar um pedido de crédito suplementar durante o exercício para conseguir autorização do Congresso, isso depois de já ter o Orçamento aprovado e em vigor. A PEC muda a regra para permitir que a autorização seja solicitada ainda no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Dessa forma, a aprovação do Orçamento ocorreria já com o aval de descumprimento da regra de ouro embutido.

A PEC tenta autorizar, de forma permanente, que o aval à emissão de dívida para bancar despesas correntes seja dado já no Orçamento. A proposta precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional para passar a valer. Desde 2014, a arrecadação de tributos e as demais receitas correntes não têm sido suficientes para cobrir todas essas despesas do Orçamento.

Os sucessivos rombos nas contas públicas nos últimos anos provocaram um desequilíbrio na regra de ouro, forçando os governos Michel Temer e Bolsonaro a

recorrer ao Congresso Nacional para pedir a autorização e descumprir a regra via crédito suplementar.

Fundo Verde vê ‘volta ao passado’ nas contas públicas

Broadcast

O Brasil “parece flertar perigosamente com o passado”, afirma documento divulgado pelo fundo Verde, do gestor Luis Stuhlberger, em referência à tendência de tomadas de decisão do governo federal que apontam para um cenário de descontrole das contas públicas e desrespeito ao teto de gastos. O alerta consta na carta mensal do fundo Verde sobre o cenário econômico. “As seguidas discussões recentes sobre tirar gastos do teto, com vistas a operações de cunho eleitoral, sinalizam uma preocupante vontade de reviver de modo permanente o ‘acelerador fiscal’”, diz o texto. Na visão do fundo, esse direcionamento “tende a dificultar a performance dos ativos de risco brasileiro e reverter, ou prejudicar, o processo de aprofundamento e sofisticação do mercado de investimentos no Brasil”.

Na carta, a gestora de Stuhlberger indica que é bem provável que investidores terão perdas caso essa “volta ao passado” se concretize. “O fundo não está posicionado para esse cenário. Não temos convicção de que isso vai acontecer, embora nossas dúvidas sejam crescentes. Mas essa transição, ou incerteza entre os dois modelos, tem tornado o processo de gestão muito mais complexo”, escreveram os gestores.

Os gestores da Verde acreditavam que seria temporário o uso de “dois aceleradores, fiscal e monetário, simultaneamente” – tática justificada, no ano passado, pelos efeitos da pandemia de covid-19 na economia. Em 2020, o PIB brasileiro apresentou retração de 4,1%.

No entanto, essa ampliação de gastos não foi freada neste ano. “O primeiro semestre de 2021, em parte por conta das variantes mais contagiosas, em parte por conta das falhas em acelerar a vacinação, acabou não vendo isso”, diz o texto.

“Tivemos mais gastos fiscais, enquanto a autoridade monetária se via às voltas com vários desafios de calibragem da taxa de juros, dada uma série de choques de oferta que tem afetado o país e o mundo (cadeias de suprimento globais sofrendo com retomada, faltas de chuva no Brasil etc.)”, acrescentaram os gestores da Verde.

No documento, os gestores mostram que foram surpreendidos não só pelo desvio de rota na política fiscal, mas também pelo desempenho dos preços dos ativos domésticos. “O mercado brasileiro vem sofrendo nos últimos dois meses, indo na direção contrária da nossa expectativa, que associava a aceleração da vacinação com a reabertura econômica, melhora de expectativas, e, portanto, boa performance de ativos de risco”, escreveram.

Em julho, o fundo multimercado (Verde FIC FIM) de Stuhlberger teve queda de 2,16%, devolvendo boa parte do ganho acumulado em 2021 até junho. No fim de julho, os cotistas do fundo tinham ganho de 1,28%, menos do que o CDI (+1,63%), principal investimento de renda fixa, no período. Na carta, a gestora demonstra que houve perda nas três carteiras: moedas, renda fixa e ações. A perda mais significativa veio dessa última. Julho teve queda generalizada de preços no mercado acionário brasileiro, e o Ibovespa perdeu 3,94%, interrompendo uma sequência de quatro meses com sinal positivo.

Votorantim Cimentos prevê IPO em 2022

Broadcast

A Votorantim Cimentos planeja chegar ao mercado de capitais no ano que vem. O presidente da companhia, Marcelo Castelli, disse que ainda não há uma data exata, mas que o IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) pode acontecer em algum momento de 2022.

O movimento, na verdade, marca uma segunda tentativa de IPO pela companhia. Há oito anos, a companhia tentou estrear na Bolsa brasileira, mas acabou tendo de desistir da empreitada por causa da falta de interesse de investidores. Castelli diz que, agora, o IPO poderá ser duplo, no Brasil e em Nova York. “A listagem dupla é a melhor combinação. Somos líderes no Brasil e sexto player global.”

Em 2021, apesar do “boom” da construção civil, duas rivais da Votorantim tiveram de postergar seus planos na B3. Em julho, a CSN Cimentos decidiu adiar a sua abertura de capital. Pouco antes, a Inter cement não havia conseguido fazer sua operação por discordar dos preços pedidos pelos investidores, que queriam pagar menos que o valor mínimo solicitado.

Em balanço divulgado ontem, a empresa apontou lucro líquido de R\$ 692 milhões no segundo trimestre, ante prejuízo de R\$ 153 milhões de igual período de 2020.

A erosão do orçamento familiar

O Estado de S. Paulo

Ante o desemprego elevado, inflação, alta de juros e redução da massa salarial, as famílias encontram cada vez mais dificuldades para fechar as contas e honrar compromissos. Segundo a Confederação Nacional do Comércio, as parcelas de famílias endividadas, com dívidas ou contas em atraso e inadimplentes aumentaram pelo terceiro mês consecutivo.

Em julho, o percentual de famílias endividadas alcançou 71,4%, alta de 1,7 ponto em relação a junho. Na comparação com julho de 2020, a alta foi de 4 pontos. O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso alcançou 25,6%, alta de 0,7% em relação a junho. A inadimplência também aumentou, de 28,1% para 28,7%.

O endividamento já havia crescido no ano passado, mas o cenário era menos preocupante, por causa das políticas de estímulo ao crédito que aumentaram a oferta de financiamentos a custos razoáveis. Agora, “os juros vão subir e as famílias que já estão endividadas terão opções de crédito ainda mais caras, o que pode comprometer a retomada do consumo no ano que vem”, avaliou Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Oportunamente, em julho entrou em vigor a Lei do Superendividamento, definido como a impossibilidade manifesta do consumidor de pagar, de boa-fé, as suas dívidas de consumo sem comprometer seu mínimo existencial. Segundo a Serasa, cerca de 30 milhões de brasileiros estão nessa situação. A lei prevê programas de educação financeira e disciplina de crédito do consumidor, além de novos procedimentos de conciliação entre credores e devedores.

Para que a lei cumpra seu objetivo de incentivar o consumo consciente, o protagonismo do Judiciário será fundamental, seja calibrando os critérios do superendividamento (como o “mínimo existencial”), para não estimular a inadimplência e beneficiar injustamente pessoas que não deveriam ser consideradas

superendividadas, seja incentivando a conciliação extrajudicial, a fim de evitar demandas judiciais onerosas tanto para as partes como para o próprio poder público. No médio prazo, a nova legislação deve contribuir para dar mais estabilidade às relações de consumo. Mas seu efeito preventivo ou paliativo sobre os sintomas não ataca a raiz do problema. Sem perspectivas de melhora no emprego, o aumento nos preços deve continuar pressionando o nível de endividamento nos próximos meses, freando ainda mais a retomada da economia.

Serviços registram alta de 1,7% em junho, diz IBGE

Broadcast

O volume de serviços prestados no País cresceu 1,7% em junho ante maio, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE. Com isso, o setor ficou 2,4% acima do nível de fevereiro de 2020, antes do início da pré-pandemia, e alcançou o patamar mais elevado desde maio de 2016.

“O setor de serviços é agora o principal motor de crescimento, já que o setor industrial tem apresentado dificuldades com questões de cadeias de suprimentos (em particular, a falta de semicondutores)”, escreveu o economista Alberto Ramos, do banco Goldman Sachs, em relatório. O bom desempenho de junho superou a previsão mediana de avanço de 0,4% esperada por analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast. Todas as cinco atividades de serviços registraram avanços em relação a maio, com destaque para os serviços de informação e comunicação (alta de 2,5%, alcançando o patamar mais alto da série histórica, iniciada em janeiro de 2011); transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (1,7%, para o nível mais elevado desde maio de 2015); e serviços prestados às famílias (8,1%, para o maior patamar desde fevereiro de 2020).

Para o economista Helcio Takeda, da consultoria Pezco Economics, a força demonstrada pelos serviços mostra que a reabertura da economia traz riscos para a inflação do setor no ano, à medida que os serviços prestados às famílias acelerem o ritmo de recuperação.

“A atividade de serviços voltou ao nível de 2016, mas a inflação acumulada de serviços ainda está relativamente baixa, o que pode ser explicado pela ociosidade dos

serviços prestados às famílias”, justificou Takeda. “À medida que essa ociosidade vai fechando, tem um risco potencial de a inflação de serviços voltar a pressionar e adicionar mais um fator de preocupação para a inflação geral”, acrescentou ele. Entre os segmentos que vêm alavancando o volume de serviços prestados na economia estão empresas de tecnologia da informação, corretoras de investimentos e consultoria empresarial.

Open banking inicia testes com consumidor

Broadcast

Alguns clientes poderão descobrir como será o open banking, sistema de compartilhamento de dados que permitirá a escolha do serviço que convém em cada banco.

Desde fevereiro de 2021, o open banking, sistema de compartilhamento de dados bancários, está em implementação no Brasil. Mas é provável que o cliente de bancos não tenha percebido. Isso porque, nesse período inicial, houve apenas o compartilhamento de dados entre as próprias instituições financeiras. Porém, alguns clientes já poderão descobrir como será esse novo sistema financeiro – que promete mudar a forma como o brasileiro vai lidar com os bancos.

O open banking é um sistema que vai permitir o compartilhamento de dados de clientes entre instituições financeiras – bancos, fintechs e cooperativas de crédito. Essa troca de informações, porém, só poderá ocorrer com a autorização do consumidor (veja como no quadro ao lado). A ideia é estimular a concorrência entre as instituições e garantir acesso a produtos financeiros com melhores condições para os clientes.

Segundo o Banco Central, o sistema dará a titularidade dos dados cadastrais e financeiros para o consumidor. Atualmente, as informações dos clientes, como extratos, transações entre contas e operações de crédito, estão “sob posse” dos bancos. Quanto mais relacionamento o consumidor tem com esse banco, mais ele conhece o cliente e pode oferecer melhores preços e condições em produtos e serviços.

A imagem usada por especialistas para explicar o novo sistema é a de uma praça de alimentação, onde o cliente compra a bebida em uma loja, o prato principal em outra e a sobremesa em uma terceira. Segundo o BC, nada vai acontecer sem o consentimento

direto do consumidor. Nada impede, porém, que as instituições financeiras façam campanhas publicitárias sobre o sistema na tentativa de atrair clientes. “As pessoas vão aderir ao open banking à medida que for da conveniência delas aceitar a oferta de um novo produto”, diz o diretor de inovação, produtos e serviços da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Leandro Vilain. O que possibilitou o início do open banking foi a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). “A lei estabelece que os dados são de propriedade do cliente. E isso impõe um princípio básico: ele faz o que quiser com aquelas informações. Ele pode compartilhar seus dados”, diz Vilain.

A comunicação entre os bancos se dará por meio de APIs (Application Programming Interface). É uma tecnologia semelhante à usada no compartilhamento de logins entre sites – por exemplo, quando os dados de autenticação de uma rede social são usados para acessar o sistema de uma plataforma de streaming. A API é o que conecta esses dois sites, com compartilhamento de informações.

Entre os principais bancos e fintechs do País procurados pela reportagem, Banco do Brasil, Itaú e Nubank responderam que estão investindo na segurança do compartilhamento de dados e no desenvolvimento das APIs. Diversas fintechs também estão no aguardo do avanço do open banking para competir mais fortemente no mercado de crédito.

Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;
Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços*	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até Junho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	4,76
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	6,08
INPC	-	4,48	5,45	5,01
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: (*) Ainda está com relação a maio.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.162	33.694	7.468
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.409	66.686	18.723
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.756	104.338	16.418
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.304	131.844	19.460
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	182.982	159.443	23.539
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.027	187.771	33.256
JAN-IJUL	184.006	226.325	-42.319			
JAN-AGO	218.893	249.950	-31.057			
JAN-SET	256.906	275.920	-19.014			
JAN-OUT	300.857	304.054	-3.197			
JAN-NOV	341.518	329.960	11.558			
JAN-DEZ	372.189	358.139	14.050			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.